

TERMO DE REFERÊNCIA

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de insumos para o Centro de Hemodiálise de Bataguassu (itens fracassados), a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, pelo período de 12 (doze) meses.

1.1 Especificação do objeto:

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Qtd.	Valor Un. Estimativa	Valor Total Estimativa	Cota Exclusiva ou Reservada ME/EPP (Lei 123/06)
1	BICARBONATO DE SÓDIO 650G PÓ BOLSA FARMACÊUTICA. Bicarbonato de sódio, apresentação e forma farmacêutica, Bolsa de polietileno com 650g de pó de bicarbonato de sódio apirogênico. VIA DE ADMINISTRAÇÃO: Via máquina de hemodiálise USO ADULTO E PEDIÁTRICO INDICAÇÃO: é utilizado em tratamentos nos quais a hemodiálise com bicarbonato é indicada.	UN	375	R\$ 14,94	R\$ 5.602,50	Exclusivo ME/EPP
2	BICARBONATO DE SÓDIO 900G PÓ BOLSA FARMACÊUTICA. Bicarbonato de sódio, apresentação e forma farmacêutica, Bolsa de polietileno com 900g de pó de bicarbonato de sódio apirogênico. VIA DE ADMINISTRAÇÃO: Via máquina de hemodiálise USO ADULTO E PEDIÁTRICO INDICAÇÃO: é utilizado em tratamentos nos quais a hemodiálise com bicarbonato é	UN	1500	R\$ 18,80	R\$ 28.200,00	Exclusivo ME/EPP



	indicada.					
3	FIO DE SUTURA ALGODÃO S/ AGULHA - N° 3.0 , composição básica algodão + poliéster, cor azul, torcido, estéril, acondicionado em embalagem individual e secundária, reembalado em caixa c/ 24 envelopes, contendo externamente dados de identificação do produto, informações do fabricante, tipo e data de esterilização, data de fabricação e prazo de validade.	UN	9	R\$ 64,81	R\$ 583,29	Exclusivo ME/EPP
4	SOLUÇÃO PARA HEMODIÁLISE FRAÇÃO ÁCIDA CPHD DILUIÇÃO 1:44 - K=1,0 / CA=3,0 / MG=1,0 / NA=138, SEM GLICOSE. Solução para hemodiálise fração ácida CPHD (concentrado polieletrólítico para hemodiálise). Fração ácida. Diluição 1:44 - K=1,0 / Ca=3,0 / Mg=1,0 / Na=138. Sem glicose. Galão 5 litros, com embalagem contendo no mínimo data de validade, responsável técnico e registro na Anvisa.	GALÃO	1500	R\$ 39,38	R\$ 59.070,00	Exclusivo ME/EPP
5	SOLUÇÃO PARA HEMODIÁLISE FRAÇÃO ÁCIDA CPHD DILUIÇÃO 1:44 - K=1,5 / CA=3,0 / MG=1,0 / NA=138. COM GLICOSE. Solução para hemodiálise fração ácida CPHD (concentrado polieletrólítico para hemodiálise). Fração ácida. Diluição 1:44 - K=1,5 / Ca=3,0 / Mg=1,0 / Na=138. Com glicose. Galão 5 litros, com embalagem contendo no mínimo data de validade, responsável técnico e registro na Anvisa.	GALÃO	1800	R\$ 40,48	R\$ 72.864,00	Ampla Concorrência (80%)



6	SOLUÇÃO PARA HEMODIÁLISE FRAÇÃO ÁCIDA CPHD DILUIÇÃO 1:44 - K=1,5 / CA=3,0 / MG=1,0 / NA=138. COM GLICOSE. Solução para hemodiálise fração ácida CPHD (concentrado polieletrólítico para hemodiálise). Fração ácida. Diluição 1:44 - K=1,5 / Ca=3,0 / Mg=1,0 / Na=138. Com glicose. Galão 5 litros, com embalagem contendo no mínimo data de validade, responsável técnico e registro na Anvisa.	GALÃO	450	R\$ 40,48	R\$ 18.216,00	Cota Reservada ME/EPP (20%)
7	SOLUÇÃO PARA HEMODIÁLISE FRAÇÃO ÁCIDA CPHD, DILUIÇÃO 1:44 - K=1,5 / CA=3,0 / MG=1,0 / NA=138. SEM GLICOSE. Solução para hemodiálise fração ácida CPHD (concentrado polieletrólítico para hemodiálise). Fração ácida. Diluição 1:44 - k=1,5 / Ca=3,0 / Mg=1,0 / Na=138. Sem glicose. Galão 5 litros, com embalagem contendo no mínimo data de validade, responsável técnico e registro na Anvisa.	GALÃO	3000	R\$ 40,58	R\$ 121.740,00	Ampla Concorrência
8	SOLUÇÃO PARA HEMODIÁLISE FRAÇÃO ÁCIDA CPHD, DILUIÇÃO 1:44 - K=1,5 / CA=3,0 / MG=1,0 / NA=138. SEM GLICOSE. Solução para hemodiálise fração ácida CPHD (concentrado polieletrólítico para hemodiálise). Fração ácida. Diluição 1:44 - k=1,5 / Ca=3,0 / Mg=1,0 / Na=138. Sem glicose. Galão 5 litros, com embalagem contendo no mínimo data de validade, responsável técnico e registro na Anvisa.	GALÃO	750	R\$ 40,58	R\$ 30.435,00	Cota Reservada ME/EPP (20%)



9	SOLUÇÃO PARA HEMODIÁLISE FRAÇÃO BÁSICA CPHD (CONCENTRADO POLIELETROLÍTICO PARA HEMODIÁLISE). Fração básico. Bicarbonato de sódio 8,4%. Galão 5 litros, com embalagem contendo, no mínimo, data de validade, responsável técnico e registro na Anvisa.	GALAO	375	R\$ 37,81	R\$ 14.178,75	Exclusivo ME/EPP
10	TESTE DE DUREZA - QUANTITATIVO COLORIMÉTRICO (KIT). Teste para verificação rápida da dureza na água em baixas concentrações e, indiretamente, controlar o correto funcionamento de filtros abrandadores e/ou momento de regenerá-los. COMPONENTES: 01 frasco para amostra com tampa e indicador de nível de enchimento; 01 frasco conta-gotas de 30ml do reagente C 01 frasco conta-gotas de 60ml do reagente D 01 frasco com reagente E em pó (indicador de cor) Validade 1 ano	KIT	6	R\$ 460,69	R\$ 2.764,14	Exclusivo ME/EPP
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 353.653,68						

1.2. Nos termos dos artigos 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, os itens da presente licitação cuja estimativa de valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são destinados exclusivamente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme indicado na tabela acima.

1.2.1. Para os itens cuja estimativa de valor seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será aplicada a cota reservada de que trata o artigo 48, inciso III, da referida lei, na proporção de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme indicado na tabela acima.



1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

Do Prazo de Vigência da Contratação

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do dia útil subsequente à data de publicação no Diário Oficial do órgão ou da divulgação no PNCP, conforme estabelece o artigo 22 do Decreto Municipal nº 72/2025.

1.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, hipótese em que os quantitativos fixados na licitação serão renovados para o novo período de vigência, de acordo com o artigo 23 do Decreto Municipal nº 72/2025.

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de insumos hospitalares essenciais para o pleno funcionamento do Centro de Hemodiálise de Bataguassu, visando garantir a continuidade e a qualidade no atendimento dos pacientes renais crônicos que realizam sessões regulares de hemodiálise na unidade.

2.2. Considerando que o tratamento hemodialítico exige uso contínuo de materiais específicos, como dialisadores, linhas, agulhas, soluções concentradas, capilares, entre outros insumos, torna-se imprescindível a aquisição planejada e em quantidade suficiente para o atendimento da demanda mensal da unidade durante o período de 12 (doze) meses.

2.3. O objeto foi anteriormente submetido ao Pregão Eletrônico nº 054/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 173/2025, o qual foi regularmente realizado. Contudo, alguns itens restaram desertos e/ou fracassados. Posteriormente, houve nova tentativa de aquisição por meio do Processo Administrativo nº 028/2026 – Dispensa nº 19/2026, ocasião em que novamente não se obteve êxito, tendo em vista que 9 (nove) dos 10 (dez) itens restaram desertos e/ou fracassados, inexistindo fornecedores habilitados ou propostas aptas a viabilizar a contratação.



2.4. Diante disso, a aquisição tem por objetivo evitar desabastecimento, o que comprometeria a segurança e a vida dos pacientes, além de assegurar regularidade, economicidade e eficiência na gestão pública, por meio de um tratamento vital e ininterrupto, sendo necessário garantir o fornecimento contínuo dos insumos necessários a realização dos procedimentos.

2.5. Portanto, a compra dos insumos é indispensável para manter o serviço de hemodiálise em pleno funcionamento, conforme os padrões técnicos exigidos pela legislação vigente e pelas boas práticas de saúde, assegurando atendimento digno e seguro aos pacientes do Município de Bataguassu/MS.

2.6. O aumento da demanda nos últimos meses, aliado ao insuficiente estoque atual, reforça a necessidade de reposição imediata e regular dos itens descritos. Destaca-se, ainda, que a implantação de mais um turno de diálise ampliou significativamente a quantidade de atendimentos realizados, exigindo, conseqüentemente, um volume maior de insumos. Dessa forma, torna-se imprescindível o reforço na aquisição dos materiais, a fim de assegurar que todos os pacientes atendidos pela rede de saúde municipal recebam a nutrição e o cuidado adequados, sem interrupções no tratamento.

2.7. Portanto, a aquisição de insumos para Hemodiálise configura-se como uma ação imprescindível para a promoção da saúde pública, pois garante que os pacientes tenham acesso ao tratamento hemodialítico, contribuindo diretamente para sua recuperação e manutenção da saúde.

2.8. A contratação também atende ao interesse público ao assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e dentro da legalidade, cumprindo as necessidades e garantindo a continuidade do atendimento à população de Bataguassu.

2.9. A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data de republicação no PNCP: 14/04/2026

IV) Id do item no PCA: 194/2026



V) Classe/Grupo: 3782362062 Aquisição de Materiais Hospitalares, Laboratoriais e Insumos para o Centro de Hemodiálise de Bataguassu”

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta envolve a instauração de procedimento licitatório para Registro de Preços com vigência de 12 (doze) meses, destinado à futura e eventual aquisição de insumos médico-hospitalares imprescindíveis ao funcionamento do Centro de Hemodiálise do Município de Bataguassu/MS, em conformidade com as exigências normativas aplicáveis ao setor de saúde e com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

3.2. O objeto foi anteriormente submetido ao Pregão Eletrônico nº 054/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 173/2025, regularmente realizado. Contudo, alguns itens restaram desertos e/ou fracassados, diante da inexistência de propostas válidas, vantajosas ou compatíveis com os parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos pela Administração, impossibilitando a adjudicação e homologação.

3.3. Posteriormente, houve nova tentativa de aquisição por meio do Processo Administrativo nº 028/2026 – Dispensa nº 19/2026, ocasião em que novamente não se obteve êxito, tendo em vista que 9 (nove) dos 10 (dez) itens restaram desertos e/ou fracassados, inexistindo fornecedores habilitados ou propostas aptas a viabilizar a contratação.

3.4. A recorrência de certames desertos e/ou fracassados evidencia a necessidade de adoção de estratégia administrativa mais eficiente e atrativa ao mercado. Nesse contexto, opta-se pela formalização de Ata de Registro de Preços, instrumento que confere maior flexibilidade na contratação, permite aquisições parceladas conforme a necessidade da Administração e amplia a competitividade, possibilitando melhor planejamento logístico e orçamentário.

3.5. Os insumos objeto do registro consistem em materiais médico-hospitalares específicos, de uso contínuo e indispensáveis ao funcionamento do Centro de Hemodiálise, estando diretamente relacionados à manutenção da vida de pacientes com doença renal crônica atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS. A regularidade do fornecimento é condição essencial para a realização ininterrupta das sessões dialíticas, sendo que



eventual desabastecimento pode acarretar graves distúrbios hidroeletrólitos, complicações cardiovasculares, internações de urgência e risco concreto à vida dos pacientes.

3.6. Além do impacto assistencial, a ausência de insumos pode ensejar responsabilização do ente público por falha na prestação de serviço essencial de saúde, bem como gerar custos adicionais decorrentes de aquisições emergenciais, transferências de pacientes para outros municípios e eventual judicialização.

3.7. O fornecimento será realizado de forma programada, conforme cronograma a ser pactuado com a futura contratada, com base nas demandas previamente estimadas pela unidade requisitante, de modo a evitar desabastecimentos e assegurar o pleno funcionamento da unidade de saúde.

3.8. A medida encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, que disciplina o Sistema de Registro de Preços como instrumento destinado à contratação futura e eventual, especialmente adequado para bens de consumo contínuo e demanda variável, como é o caso dos insumos utilizados em hemodiálise.

3.9. A providência observa os princípios da legalidade, isonomia, eficiência, planejamento, economicidade, continuidade do serviço público, razoabilidade, proporcionalidade e supremacia do interesse público, assegurando a adequada prestação de serviço essencial de saúde.

3.10. Diante do histórico de itens desertos e/ou fracassados no Pregão Eletrônico nº 054/2025 e no Processo Administrativo nº 028/2026 – Dispensa nº 19/2026, bem como considerando a natureza contínua e essencial dos insumos e a necessidade de garantir abastecimento regular, previsível e ininterrupto ao longo de 12 (doze) meses, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição dos materiais destinados ao Centro de Hemodiálise do Município de Bataguassu/MS, assegurando a continuidade do serviço público de saúde, a proteção da vida dos pacientes e o efetivo atendimento ao interesse público.

3.11. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.



IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação estão inseridos na descrição das especificações do objeto que constam no item 1.1.

4.2. A Detentora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.3. A Detentora deverá se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.4. O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.5. Os produtos deverão estar registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e/ou Ministério da Saúde, conforme descritivo do item, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os materiais deverão ser entregues **parceladamente** de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a emissão de Autorização de Fornecimento, com entrega no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.2 Os materiais solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central, situado na Rua dos Anjos, n. 628, Bairro Jardim São Francisco, Município de Bataguassu/MS, no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h (horário oficial de Brasília).



5.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no **prazo de 05 (cinco) dias**, o objeto com avarias ou defeitos

5.4 Os materiais deverão ser entregues em embalagens fechadas quando de sua entrega e, caso não atendam as especificações, serão devolvidos a Detentora.

5.5 As entregas dos materiais irão correr por conta da Detentora, bem como as despesas de seguros, transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, bem como pelo seu descarregamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo indicado neste instrumento, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



7.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o



contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.11. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.19 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.1.1. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme solicitação da Secretaria demandante.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade

federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de



declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16. As certidões acima elencadas, quando não indicarem de forma expressa o seu prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da sua emissão.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Qualificação Técnica

8.18. Alvará Sanitário expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, para exercer atividade compatível com o objeto licitado.

8.19. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela ANVISA das empresas que eventualmente venham a disputar o certame, conforme exigência da RDC n. 16/2014 e suas alterações.

8.19.1. Não será exigida AFE para estabelecimentos ou empresas que realizam o comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, nos termos do artigo 5º da RDC n. 16/2014 e suas alterações.

8.20. Será exigida apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, que deverá apresentar no prazo mínimo de 02 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação, sob pena de desclassificação.

IX. ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 353.653,68 (trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bataguassu-MS, 27 de abril de 2026.

Elaboração:

Nathália Schulz Cardoso

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Marcos Antônio Prado de Melo
Gerente de Gestão Estratégica

Kauan Lucio Ferreira da Rosa
Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Aprovado por:

Aline da Silva Cauneto
Secretária Municipal de Saúde